

# Uma avalanche de estudos

Manuel Carvalho

PÚBLICO, 05.11.2007

## **Chegou o momento em que o crescimento exponencial de gastos do Estado com empresas de consultoria não pode mais passar sem o indispensável escrutínio público**

O deputado Rui Gomes da Silva, do PSD, propôs no final da semana passada que o Governo reforçasse os meios de segurança interna recorrendo a parte dos 190 milhões de euros que o Orçamento do Estado prevê para trabalhos de consultoria. Em 2006 o Governo terá gasto, pelo menos, 77 milhões de euros em estudos. Desde que foi criada para legitimar a opção dos governos pelo aeroporto da Ota, a NAER despendeu aí uns 40 milhões de euros em estudos de toda a sorte e feitio. Uma versão preliminar de auditoria do Tribunal de Contas à empresa Estradas de Portugal indicou que o Governo pagou a várias empresas, sem concurso público, dois milhões de euros para a realização de estudos financeiros e jurídicos de apoio à decisão sobre as SCUT.

Chegou o momento em que o crescimento exponencial de gastos do Estado com empresas de consultoria não pode mais passar sem o indispensável escrutínio público. Não porque o recurso a especialistas externos à esfera da administração pública para promover a melhoria do processo de decisão seja, em si, um crime ou sequer uma má opção. O que está em causa é mais do que um procedimento, é a dimensão que esse procedimento atingiu na era da governação de José Sócrates. De forma gradual mas consistente, as denúncias de sindicatos ou dos partidos da oposição tornaram claro que os gabinetes dos ministros ou dos secretários de Estado se viciaram em muletas externas para tomarem decisões que, na sua essência, são sempre de natureza política. O que deixa em aberto, pelo menos, duas interrogações: será que os serviços de apoio da administração pública se tornaram incompetentes ao ponto de deixarem de cumprir a sua função? Ou não estará também em

causa um procedimento que, sob a capa do rigor das opções, serve na perfeição para alimentar a gula de entidades que só sobrevivem a coberto da mão invisível do Estado?

A prática dos últimos anos é pródiga em demonstrar que nem os estudos internos dos ministérios são maus por natureza como nem sempre os pareceres das empresas de consultoria são bons. Pelo contrário, como o comprovam muitos estudos sobre a Ota ou sobre a urgência de novas barragens no país, esses pareceres servem em muitos casos apenas para reunir argumentos que legitimam opções políticas tomadas a priori. Depois, basta ler documentos de serviços públicos como a Direcção-Geral das Florestas ou de vários departamentos ligados à área do planeamento para se constatar que na administração pública portuguesa continua a haver técnicos capazes de pensar e de propor soluções.

Chegados a esta constatação, sobra a inevitável suspeita: que a encomenda de pareceres a escritórios de advogados, a empresas de engenharia ou empresas especializadas em consultoria se tornou num negócio florescente patrocinado pelo Estado. E se assim é, não faz sentido que esse negócio continue a processar-se sem a total garantia de transparência. Quer ao nível da contratação, que em muitos casos se faz pelo simples método do ajuste directo, quer ao nível da sua justificação técnica. Neste particular, o Governo tem o dever de explicar que competências existem no exterior que os seus serviços sejam incapazes de providenciar.

Sem estas garantias de escrutínio público, o negócio dos pareceres abre portas a denúncias e queixas sobre a falta de transparência ou até de tráfico de influências entre a esfera privada e o domínio público que alguns partidos da oposição fizeram questão de veicular nas últimas semanas. Como atrás se disse, o recurso a empresas externas não é em si mesmo um mal maior, até porque é sabido que a complexidade do processo de decisão é crescente. Mas para que seja fácil aos cidadãos perceberem porque é que, de um momento para o outro, o Governo encomenda estudos por tudo e por nada, é indispensável que se compreendam as razões de tamanho volume de negócios.